

AO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

GRINGO PAY S/A (“GRINGO”), pessoa jurídica de direito privado, com sede no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº 687, Andar 4, Conj. 404, Sala 135, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-040, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.081.403/0001-04, e-mail de contato: alan@usezapay.com.br, telefone: (61) 98177-2705, neste ato representada por Alan Bittar Prado (procuração anexa), brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 021.863.041-71, apresentar:

IMPUGNAÇÃO

contra o **Edital de Chamamento Público nº 0076/2025** (“Edital”).

SOBRE O GRINGO: ATUAÇÃO NO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO

1. O GRINGO é uma empresa subcredenciadora credenciada com a Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN¹, autorizada a realizar a intermediação de pagamentos de débitos veiculares de pessoas físicas e jurídicas perante os DETRANs.
2. O GRINGO é credenciada em diversos DETRANs e outros órgãos públicos, integrando suas plataformas aos sistemas internos destes órgãos. Sua atuação ocorre mediante contratos não-onerosos com os órgãos, perante os quais se compromete a cumprir com protocolos técnicos, jurídicos e operacionais estabelecidos para a consulta e liquidação de débitos.
3. Diante da reconhecida expertise do GRINGO no setor, era natural que fosse considerada apta a participar como potencial parceira no Edital para contratação do Broker do sistema do SENATRAN. Por isso, causou surpresa seu impedimento de participação, ainda mais diante dos vícios insanáveis presentes no Edital, conforme será detalhado a seguir.

¹ Portaria SENATRAN nº 1.192/2023

I. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA IMPUGNAÇÃO

I.A. ESCOLHA EQUIVOCADA DO MODELO DE CONTRATAÇÃO POR PARCERIA ESTRATÉGICA

4. O Chamamento Público busca selecionar um parceiro estratégico, e não adquirir um produto pronto. Anexo I descreve o objeto como uma oportunidade de negócio para **desenvolvimento** de uma solução tecnológica para promover a integração entre os sistemas de trânsito e o ecossistema financeiro.
5. Ocorre que a parceria estratégica deste chamamento público é desnecessária, pois já existem soluções prontas no mercado que atendem às exigências técnicas.
6. A hipótese não se enquadra em uma situação de inovação ou de construção colaborativa de solução inédita, mas sim em uma demanda por fornecimento de bem ou serviço padronizado, ainda que sujeito a eventual adaptação às especificidades do contratante. Assim, a via adequada é a contratação por meio de licitação, garantindo-se a seleção da proposta mais vantajosa.
7. Além disso, o prazo de 5 anos² previsto para a parceria é um forte indicativo de que o objeto deveria ser contratado como fornecimento, e não por meio de parceria estratégica. Esse prazo corresponde ao limite legal para contratos de licença de software como serviço contínuo, que são firmados via pregão eletrônico, mesmo com alguma customização.
8. Parcerias para desenvolvimento são medidas excepcionais e só se justificam quando não há solução pronta no mercado, sendo o objetivo o desenvolvimento conjunto de algo inovador ou em estágio inicial.
9. Diante de soluções consolidadas e da possibilidade de contratação mais simples e econômica, a parceria proposta é desproporcional e antieconômica, violando os princípios da eficiência e economicidade. Trata-se de vício insanável que exige a nulidade do Edital.

I.B. AMPLA E DEZARRAZOADA PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

10. O item 3.3, ilegalmente proíbe a participação de empresas que “*atuam na execução de processos de intermediação de serviços de trânsito, envolvendo transações financeiras*”. As justificativas do SERPRO para tal proibição estão indicados no item 3.3.1 do Edital e tem a ver com *neutralidade concorrencial e a isenção no tratamento de dados sensíveis no âmbito do sistema de pagamentos do trânsito*.

² JUSTEN FILHO, Marçal. A contratação sem licitação nas empresas estatais. In: JUSTEN FILHO, Marçal (Org.). Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei 13.303/2016. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. p. 303

11. O Edital proíbe a participação de empresas que atuam com intermediação de serviços de trânsito, o que reduz a competitividade do certame e fere o princípio da livre concorrência (art. 170, IV, da CF).
12. Critérios discriminatórios e restritivos criam barreiras à entrada de empresas nas licitações, resultando em preços mais elevados, serviços de baixa qualidade e/ou menos inovação e produtividade. É essa última hipótese que se verifica no caso concreto. O argumento de *“garantir a neutralidade concorrencial”* utilizado pelo SERPRO no item 3.3.1 do Edital não é válido, pois afronta as orientações e melhores práticas concorrenciais (nacionais e internacionais) para promoção da defesa da concorrência em licitações públicas.
13. A restrição do item 3.3.b do Edital impede a participação de empresas que *“atuam na execução de processos de intermediação de serviços de trânsito, envolvendo transações financeiras”*. Ou seja, o Edital impede que as empresas que atuam no segmento objeto do Chamamento Público possam dele participar.
14. O Edital exige que a empresa não tenha experiência no serviço que o SERPRO quer desenvolver. Isso é o oposto do princípio da eficiência, ao afastar justamente quem mais entende do setor. E mais, essa proibição põe em xeque o próprio espírito do estratégico da parceria, já que o SERPRO busca um parceiro sem experiência e, ao mesmo tempo, estratégico.
15. As restrições impostas pelo SERPRO não evitam riscos concorrenciais — elas os ampliam. A limitação do número de participantes e o aumento de barreiras à entrada criam um ambiente propício à formação de acordos anticompetitivos, exatamente o que as diretrizes do CADE buscam prevenir.
16. Além disso, no que tange ao argumento relacionado à proteção de dados pessoais sensíveis, não há qualquernexo causal entre o argumento do SERPRO, a realidade e a vedação imposta. Primeiro porque o objeto do Edital não tem qualquer relação com dados pessoais sensíveis (sexo, cor, credo, preferência sexual, política etc, conforme a LGPD.). Segundo porque presumir que atuar no setor de pagamento de débitos veiculares compromete a isenção no tratamento de dados é algo sem qualquer lógica.

I.C.1. PREOCIPAÇÕES COM A SEGURANÇA E HIGIEDEZ DO SISTEMA ARRECADATÓRIO

17. O objeto do Edital envolve a gestão direta da arrecadação pública estadual em escala nacional, com potencial de movimentar bilhões de reais anualmente. Trata-se, portanto, de uma função altamente sensível e estratégica, com implicações diretas sobre as finanças dos DETRANS.

18. Permitir que uma empresa sem qualquer experiência comprovada no setor de pagamentos de débitos veiculares seja selecionada para operar essa estrutura representa um risco institucional grave. Entre os riscos, destacam-se: (i) atrasos ou retenções indevidas nos repasses a órgãos públicos, afetando a arrecadação e a execução orçamentária dos DETRANs; (ii) exposição concreta a fraudes e inadimplementos, como já se verificou em casos anteriores de empresas que receberam valores dos cidadãos, mas não os repassaram aos entes públicos; e (iii) ausência de controles regulatórios efetivos, uma vez que o Edital não exige experiência prévia no setor nem impõe salvaguardas contratuais adequadas.
19. Mais grave ainda, nenhum item do Edital está relacionado à segurança das operações financeiras ou à garantia de adimplemento dos repasses. O parceiro operador da solução poderá movimentar bilhões amparado por um seguro garantia irrisório de apenas cinco milhões de reais — valor que, diante da escala da operação, equivale à proteção de apenas alguns minutos de transações. Ademais, o Edital sequer menciona a exigência de certificação PCI DSS ou de mecanismos robustos contra inadimplência nos repasses ou insolvência deixando o sistema vulnerável a riscos operacionais, reputacionais e financeiros.

II. PEDIDOS

- i. o conhecimento da presente Impugnação, por cumprir todos os requisitos de admissibilidade previsto no Edital; e
- ii. no mérito, seja julgada procedente a presente Impugnação, para, diante das irregularidades apresentadas:
 - a. Reconhecer a nulidade absoluta do Edital de Chamamento Público nº 076/2025; ou subsidiariamente
 - b. seja determinada a republicação do Edital de Chamamento Público nº 0076/2025, com a consequente determinação para que o SERPRO promova a correção de todas as irregularidades apontadas: especialmente a exclusão do item 3.3 do Edital e a inclusão de itens relacionados à segurança dos repasses, riscos de inadimplência e insolvência.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 5 de maio de 2025



Alan Bittar Prado (OAB/DF 41.040)